



**PAUTA
PARA A 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 30 DE MARÇO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 - Projeto de lei nº 334, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Fazendas Fama - ACFF", em Ourinhos.
- 2 - Projeto de lei nº 335, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Pontes Gestal.
- 3 - Projeto de lei nº 336, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Ubarana.
- 4 - Projeto de lei nº 337, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Espírito Santo do Pinhal.
- 5 - Projeto de lei nº 338, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Tatuí.
- 6 - Projeto de lei nº 339, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Tabatinga.
- 7 - Projeto de lei nº 340, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Guaraci.
- 8 - Projeto de lei nº 341, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica em Estância Turística o Município de Palestina.

9 - Projeto de lei nº 342, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Barbosa.

10 - Projeto de lei nº 343, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Indiaporã.

11 - Projeto de lei nº 344, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Populina.

12 - Projeto de lei nº 345, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Mira Estrela.

13 - Projeto de lei nº 346, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Icém.

14 - Projeto de lei nº 347, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nos ônibus coletivos intermunicipais do Estado.

15 - Projeto de lei nº 348, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão do símbolo da "SAF BRASIL" em todo recipiente de bebidas alcoólicas.

16 - Projeto de lei nº 349, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Boituva.

17 - Projeto de lei nº 350, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o teor do aviso de que trata o artigo 19-J da Lei Federal n.º 8.080, de 1990.

18 - Projeto de lei nº 351, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a criação do "PIC Sustentável - Programa de Incentivo a Construção ou Reforma Sustentável de Residências" no âmbito do Estado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 319, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei nº 10.019, de 1998, e da Lei nº 15.688, de 2015, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

2 - Projeto de lei nº 320, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de São Lourenço da Serra.

3 - Projeto de lei nº 321, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Tambaú.

4 - Projeto de lei nº 322, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Santa Branca.

5 - Projeto de lei nº 323, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Francesco Grosso" ao túnel localizado na pista Norte da Rodovia dos Imigrantes, SP 160 (TA-12) , em São Vicente.

6 - Projeto de lei nº 324, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Rosana.

7 - Projeto de lei nº 325, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Queluz.

8 - Projeto de lei nº 326, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", em Chavantes.

9 - Projeto de lei nº 327, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Atlética Riopardense", em São José do Rio Pardo.

10 - Projeto de lei nº 328, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária dos Bairros da Raia-ASCOBAR", em Pirassununga.

11 - Projeto de lei nº 329, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Região do Grande ABCDMRPRGS", em Santo André.

12 - Projeto de lei nº 330, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo - AIPESP", na Capital.

13 - Projeto de lei nº 331, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Rifaina.

14 - Projeto de lei nº 332, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Itirapina.

15 - Projeto de lei nº 333, de 2015, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "Comunidade Vida Melhor", em Artur Nogueira.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 276, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Escola Estadual Profa. Bernadete Aparecida Pereira Godoi" à "Escola Estadual Feitiço da Vila", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 277, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Altera a Lei nº 14.565, 2011, para reproduzir o novo nome da entidade ali mencionada, "Centro de Terapia da Dor e Cuidados Paliativos Lo Tedhal".

3 - Projeto de lei nº 278, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Institui o "Dia do Produtor de Plantas e Flores".

4 - Projeto de lei nº 279, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa de serviços de transporte coletivo de passageiros operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP, nas Regiões Metropolitanas do Estado, e também no transporte coletivo intermunicipal de passageiros entre municípios contíguos, aos Professores de educação infantil e do ensino fundamental, médio ou superior.

5 - Projeto de lei nº 280, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Casa da Família", na Capital.

6 - Projeto de lei nº 281, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Guaribense de Incentivo ao Atletismo e o Social - Águias", em Guariba.

7 - Projeto de lei nº 282, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Centro de Apoio aos Portadores do Vírus HIV/AIDS e Hepatites Virais - CAPHIV", em Piracicaba.

8 - Projeto de lei nº 283, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Instituto Esperança", na Capital.

9 - Projeto de lei nº 284, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Filantrópica Santa Cecília", em Assis.

10 - Projeto de lei nº 285, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação do Centro Comunitário Rural Taquari Córrego", em Pirassununga.

11 - Projeto de lei nº 286, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Sociedade Coral Pró-Arte de Lins", em Lins.

12 - Projeto de lei nº 287, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação das Escolas de Dança e Incentivo à Cultura - AEDIC", em São José do Rio Pardo.

13 - Projeto de lei nº 288, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Doutor Antonio Carlos Palhares" à 8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus, na Capital.

14 - Projeto de lei nº 289, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", em Tabatinga.

15 - Projeto de lei nº 290, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Presidente Alves.

16 - Projeto de lei nº 291, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística Religiosa o Município de Cerqueira Cesar.

17 - Projeto de lei nº 292, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística Religiosa o Município de Salto Grande.

18 - Projeto de lei nº 293, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Confederação Nacional de Bandas e Fanfarras", em Lorena.

19 - Projeto de lei nº 294, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Tietê.

20 - Projeto de lei nº 295, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de São Miguel Arcanjo.

21 - Projeto de lei nº 296, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Pirassununga.

22 - Projeto de lei nº 297, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Paraibuna.

23 - Projeto de lei nº 298, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Panorama.

24 - Projeto de lei nº 299, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Narandiba.

25 - Projeto de lei nº 300, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Miguelópolis.

26 - Projeto de lei nº 301, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Jaguariúna.

27 - Projeto de lei nº 302, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Guararema.

28 - Projeto de lei nº 303, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Embu-Guaçu.

29 - Projeto de lei nº 304, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Buri.

30 - Projeto de lei nº 305, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Barretos.

31 - Projeto de lei nº 306, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de Castilho - GAPAC", naquele Município.

32 - Projeto de lei nº 307, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Idosos Grupo Sempre Unidos de Lucélia", naquele Município.

33 - Projeto de lei nº 308, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Esperança de Pescadores Profissionais e Artesanais do Pontal do Paranapanema do Estado de São Paulo", em Rosana.

34 - Projeto de lei nº 309, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o Centro Espírita "Casa Assistencial Amor e Caridade", em Poloni.

35 - Projeto de lei nº 310, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o Grupo de Ideal Espírita "André Luiz", na Capital.

36 - Projeto de lei nº 311, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "REICLALAR - Corrente do Bem", em Campinas.

37 - Projeto de lei nº 312, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Sociedade Amigos dos Idosos, Aposentados e Pensionistas de Cosmópolis - SAIPA", em Cosmópolis.

38 - Projeto de lei nº 313, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a APROFE - Associação Pró-Falcêmicos, na Capital.

39 - Projeto de lei nº 314, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Casa de Recuperação Cristã Força Renovada", em Santa Isabel.

40 - Projeto de lei nº 315, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Núcleo de Educação e Especialização para o Deficiente Físico e Mental - NEED", na Capital.

41 - Projeto de lei nº 316, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Templo de Umbanda Caboclo Tupinambá e Vovô João de Angola", em Pirassununga.

42 - Projeto de lei nº 317, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Fundação Padre Euclides Nunes", em Paulínia

43 - Projeto de lei nº 318, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Quilombo Brotas", em Itatiba.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 226, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amparo a Criança e Adolescente de Rosana", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 227, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Paulicéia como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 228, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Josué Borges de Andrade" ao prédio da Delegacia de Polícia Civil de Iepê.

4 - Projeto de lei nº 229, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Dr. José Luiz Guimarães" à Fatec - Faculdade de Tecnologia - de Assis, do Centro Paula Souza, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 230, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Carlos Umberto Carrara" à nova Escola Estadual de Lucélia.

6 - Projeto de lei nº 231, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Antonio Carvalho Moreno" ao Poupatempo do Município de Assis.

7 - Projeto de lei nº 232, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Oracy Matricardi" à nova Escola Estadual localizada no bairro Ana Jacinta, em Presidente Prudente.

8 - Projeto de lei nº 233, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara a "Capoeira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

9 - Projeto de lei nº 234, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Plínio de Arruda" ao trevo com dispositivo de segurança - passagem superior da Avenida José Bonifácio - situado no km 648 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Dracena.

10 - Projeto de lei nº 235, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a construção de um Centro de Medicina de Reabilitação Lucy Montoro anexo ao Hospital Regional Estadual de Presidente Prudente.

11 - Projeto de lei nº 236, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Adamantina - ASPUMA", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 237, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Protetora Animais Silvestres Assis - APASS", em Assis.

13 - Projeto de lei nº 238, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o Grupo de Apoio a Pacientes Portadoras de Câncer de Mama - "Amigas do Peito", em Presidente Prudente.

14 - Projeto de lei nº 239, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Formação de Empresários Rurais da Colônia Riograndense - AFECOR", em Maracáí.

15 - Projeto de lei nº 240, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Pastor João Carlos Padilha de Siqueira" à Escola Estadual Jardim Santa Mônica, em Presidente Prudente.

16 - Projeto de lei nº 241, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Saúde e Cidadania Dr. Moacir Costa", em Itatiba.

17 - Projeto de lei nº 242, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dr. Thiago Longo Martins" ao viaduto sobre a Rodovia Raposo Tavares - SP 270, km 576, em Álvares Machado.

18 - Projeto de lei nº 243, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Associação Artística e Cultural do Interior Paulista - AACIP", em São José do Rio Preto.

19 - Projeto de lei nº 244, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Associação de Entidades Usuárias da Rede Integrativa de TV a cabo de São José do Rio Preto", conhecida também pelo nome fantasia de "TV da Cidade", em São José do Rio Preto

20 - Projeto de lei nº 245, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "José Bisetto" ao viaduto da Rodovia SP 354 de interligação no km 56,5 ao km 58,2, em Campo Limpo Paulista.

21 - Projeto de lei nº 246, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "João Alves Martins" ao trevo localizado no km 37 da SPA 251/300, em Botucatu.

22 - Projeto de lei nº 247, de 2015, de autoria do deputado Marcos Martins. Dispõe sobre a proibição de que postos de combustíveis abasteçam combustível nos veículos após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.

23 - Projeto de lei nº 248, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Declara de utilidade pública a entidade Contato - Obras Sociais e Educacionais, em Hortolândia.

24 - Projeto de lei nº 249, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica como Estância Turística o Município de Taquaritinga.

25 - Projeto de lei nº 250, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Institui a Semana da "Cidadania e Segurança".

26 - Projeto de lei nº 251, de 2015, de autoria da deputada Ana do Carmo e outros. Classifica como Estância Turística o Município de São Bernardo do Campo.

27 - Projeto de lei nº 252, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Dr. José de Mello Leonel" ao viaduto localizado no km 22+330 metros da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Barueri.

28 - Projeto de lei nº 253, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Helio Iglesias de Lima" ao viaduto localizado no km 146 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Alambari.

29 - Projeto de lei nº 254, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio ao Doente de Câncer de Monte Castelo - GADC", em Monte Castelo.

30 - Projeto de lei nº 255, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Mãe Capoeira de Angola Círculo Fechado de Álvares Machado", naquele Município.

31 - Projeto de lei nº 256, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Jardim Universitário e Parque Maria Adelina", em Rancharia.

32 - Projeto de lei nº 257, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Portuguesa Nossa Senhora de Fátima", em Palmital.

33 - Projeto de lei nº 258, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Instituto Brasileiro de Combate a Cegueira", em Assis.

34 - Projeto de lei nº 259, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Lar de Menores Dr. Arthur Ramos e Silva Junior", em Santo Anastácio.

35 - Projeto de lei nº 260, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Isvaldo Fioravante Sinaidi" ao viaduto localizado no km 476+100m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Maracaí.

36 - Projeto de lei nº 261, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Saturnino Gonçalves" ao viaduto localizado no km 480+800m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Maracaí.

37 - Projeto de lei nº 262, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Comunidade Braços Abertos Brasil", em Assis.

38 - Projeto de lei nº 263, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Centro Cultural Irmãos Quagliato - APACCIQ", em Ourinhos.

39 - Projeto de lei nº 264, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a instalação de um Posto de Atendimento do POUPATEMPO em Presidente Epitácio.

40 - Projeto de lei nº 265, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a instalação de um Posto de Atendimento do POUPATEMPO em Rancharia.

41 - Projeto de lei nº 266, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Francisco Alves Cavalcante" ao Centro de Lazer do

Trabalhador, em Bastos.

42 - Projeto de lei nº 267, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica como Estância Religiosa o Município de Maracaí.

43 - Projeto de lei nº 268, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Velez Navarro da Silva" ao viaduto localizado no km 510 + 300 m da Rodovia Pref. Homero Severo Lins - SP 284, em Rancharia.

44 - Projeto de lei nº 269, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Vereador José Aparecido Pascoto" ao viaduto localizado no km 517 + 200 m da Rodovia Pref. Homero Severo Lins - SP 284, em Rancharia.

45 - Projeto de lei nº 270, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Domingos Biaggio" ao viaduto localizado no km 519 + 300 m da Rodovia SP 284, Pref. Homero Severo Lins, em Rancharia.

46 - Projeto de lei nº 271, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Moyzés Vasconcellos" ao viaduto situado no km 496,5 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Rancharia.

47 - Projeto de lei nº 272, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação e instalação do Curso de Arqueologia e Gestão do Patrimônio (Bacharelado) na unidade da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Ourinhos.

48 - Projeto de lei nº 273, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste Paulista em Presidente Prudente.

49 - Projeto de lei nº 274, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação Casa Vida de Itapira", naquele Município.

50 - Projeto de lei nº 275, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Marino Argentino" ao viaduto localizado no km 195 da Rodovia Geraldo Pereira de Barros - SP 191, em São Manuel.

1 - Projeto de lei Complementar nº 10, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Adamantina - AU-Adamantina, com sede em Adamantina.

2 - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Assis - AU-Assis, com sede em Assis.

3 - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Dracena - AU-Dracena, com sede em Dracena.

4 - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Ourinhos - AU-Ourinhos, com sede em Ourinhos.

5 - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Presidente Prudente - AU-Presidente Prudente, com sede em Presidente Prudente.

6 - Projeto de lei Complementar nº 15, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação da Aglomeração Urbana da Região de Tupã - AU - Tupã, com sede em Tupã.

7 - Projeto de lei nº 183, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Inclui "O Campeonato Regional de Taiaçu", realizado anualmente em Taiaçu, no Calendário Esportivo do Estado .

8 - Projeto de lei nº 184, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Isenta do pagamento de pedágio os veículos automotores de duas rodas.

9 - Projeto de lei nº 185, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza a isenção do pagamento de pedágio e a livre circulação aos moradores dos municípios em cujo perímetro existam praças ou postos de pedágio sem vias alternativas adequadas.

10 - Projeto de lei nº 186, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos elétricos e híbridos.

11 - Projeto de lei nº 187, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos movidos a gás natural veicular - GNV combinado com outro combustível.

12 - Projeto de lei nº 188, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar e declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, o terreno localizado à Rua Agenor Klauser, s/n, na Capital.

13 - Projeto de lei nº 189, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o direito às unidades familiares homoafetivas nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado.

14 - Projeto de lei nº 190, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar Programa de Incentivo às Semanas Culturais do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade nos municípios do Estado.

15 - Projeto de lei nº 191, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Concede incentivos fiscais para estabelecimentos que incentivem música ao vivo no âmbito do Estado.

16 - Projeto de lei nº 192, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, as áreas pertencentes ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER localizadas na Capital.

17 - Projeto de lei nº 193, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Obriga os cursos de formação de Policiais Civis e Militares e de Bombeiros Militares do Estado a conterem os temas de política social antidiscriminatória e de direitos do cidadão e dos movimentos sociais no conteúdo programático.

18 - Projeto de lei nº 194, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Inclui o estudo da Filosofia no currículo escolar do ensino fundamental.

19 - Projeto de lei nº 195, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o período de férias forenses.

20 - Projeto de lei nº 196, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante o direito a trinta dias de férias consecutivas em janeiro aos docentes integrantes do magistério estadual.

21 - Projeto de lei nº 197, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Regulamenta o exercício do trabalho em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos.

22 - Projeto de lei nº 198, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Classifica como Estância Turística o Município de Santa Cruz do Rio Pardo.

23 - Projeto de lei nº 199, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Classifica como Estância Turística o Município de Lagoinha.

24 - Projeto de lei nº 200, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Clasifica como Estância Turística o município de Cachoeira Paulista.

25 - Projeto de lei nº 201, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a eleição dos reitores e vice-reitores das universidades públicas estaduais.

26 - Projeto de lei nº 202, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a divulgação do nome do compositor de obras musicais.

27 - Projeto de lei nº 203, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece igualdade na distribuição do lucro ou dos resultados das empresas estatais aos seus empregados.

28 - Projeto de lei nº 204, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre situações de dispensa do estágio probatório para servidores nomeados em cargos efetivos no Estado.

29 - Projeto de lei nº 205, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece diretrizes para a o fornecimento de alimentação escolar no Estado.

30 - Projeto de lei nº 206, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura às pessoas portadoras de albinismo o exercício de direitos básicos nas áreas de educação, saúde e trabalho no Estado.

31 - Projeto de lei nº 207, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno situado entre as Ruas David Perez e Salvador Dali, na Capital, para

criação do "Parque dos Búfalos".

32 - Projeto de lei nº 208, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins ambientais e culturais, terreno para incorporação ao "Parque Burle Marx", na Capital.

33 - Projeto de lei nº 209, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, para fins socioculturais, o imóvel onde está instalado o "Núcleo Bartolomeu de Depoimentos", na Capital.

34 - Projeto de lei nº 210, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Engenheiro Leonídio Francisco Ribeiro Filho" ao túnel TD-1, localizado no km 50 + 500m da pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes-SP 160.

35 - Projeto de lei nº 211, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre carga horária dos docentes da rede estadual de ensino, conforme previsto na Lei Federal 11.738, de 2008.

36 - Projeto de lei nº 212, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, a elaboração de avaliação de impactos ambientais para licenciamentos e programas de projetos potencialmente causadores de degradação ambiental.

37 - Projeto de lei nº 213, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de audiências públicas previamente aos procedimentos de desapropriação de imóveis de uso residencial ou comercial urbano com finalidade pública e social.

38 - Projeto de lei nº 214, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Anula as punições de natureza política impostas aos servidores públicos estaduais.

39 - Projeto de lei nº 215, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera o artigo 2º da Lei nº 12.391, de 2006, que dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado.

40 - Projeto de lei nº 216, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante abono de falta ao trabalho para pais e responsáveis por alunos, para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar.

41 - Projeto de lei nº 217, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Castilho como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 218, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Lucélia como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 219, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Martinópolis como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 220, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Panorama como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 221, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Takashi Osugui" ao viaduto localizado no Km 606 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros-SP 294, ligando o Cemitério Municipal à FLORALCO, em Flórida Paulista.

46 - Projeto de lei nº 222, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Timburi como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 223, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos da Criança e do Adolescente de Cândido Mota - PROJAC", naquele Município.

48 - Projeto de lei nº 224, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Vereador Adilson Ramon Monteiro Rodrigues" ao prédio do Poupatempo instalado em Ourinhos.

49 - Projeto de lei nº 225, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Torna obrigatório que instalações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, prestadoras de serviço ou industriais apresentem um plano de uso da água.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 1, de 2015, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Enio Tatto e outros. Altera os artigos 174, 175 e 176 da Constituição

do Estado a fim de instituir o orçamento impositivo.